



**Público**

05-07-2013

**Periodicidade:** Diário

**Classe:** Informação Geral

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 51453

**Temática:** Justiça

**Dimensão:** 507

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 16

# Governo põe à venda palácio que Câmara de Faro ofereceu para instalar Tribunal da Relação

**Património**  
Idálio Revez

**Recuperação do histórico edifício custou um milhão de euros. Agora, quem oferecer 714 mil fica com ele. O Tribunal da Relação não passou de promessa**

O Palácio Belmarço, adquirido pela Câmara de Faro para instalar o Tribunal da Relação, depois de beneficiar de um investimento de mais de um milhão de euros em obras de recuperação, está à venda por 714 mil euros. A maior oferta, por enquanto, é de 400 mil. O município, em dificuldades financeiras, diz que está a "acompanhar o processo", mas não revela quaisquer intenções de exercer o direito de preferência na sua aquisição.

O emblemático imóvel, onde funcionou durante algum tempo o Tribunal do Trabalho, foi adquirido pela câmara há 17 anos por 37.500 contos (187.500 euros). Mais tarde, viria a ser entregue gratuitamente ao Ministério da Justiça, para que aí fosse instalado o previsto Tribunal da Relação de Faro. O projecto, no entanto, nunca se concretizou devido à decisão de criar uma cidade judiciária, onde ficaria a Relação, mas essa intenção também ficou na gaveta. O palácio acabou por não ser ocupado, ficando a degradar-se até hoje, sem sequer ter sido concluída a sua recuperação.

Questionado pelo PÚBLICO sobre o futuro do edifício, o presidente da Câmara de Faro, Rogério Bacalhau (PSD), que esta semana substituiu Macário Correia (que suspendeu o mandato), limitou-se a dizer: "Sei que há um investidor, farense, que está tentar adquirir [o edifício] junto da Estamo. Estamos a acompanhar o processo".

O autarca fez a revelação anteriormente, durante a conferência de imprensa onde anunciou que não vai fazer alterações significativas na gestão camarária. "As grandes opções estão tomadas. Participámos activamente na sua confecção e vamos continuar a lutar arduamente como até aqui para as alcançar", disse o até aqui vice-presidente.

O candidato socialista à presidência da câmara, Paulo Neves, por seu lado, em carta aberta dirigida esta semana às ministras das Finanças e da Justiça, defendeu que o Palácio Belmarço tenha uma utilização pú-



O palácio foi projectado em 1912 pelo arquitecto Norte Júnior

**O edifício foi comprado pela Câmara há 17 anos e tem vindo a degradar-se depois de lá ser investido um milhão de euros em obras**

blica, que as "portas e janelas sejam abertas à visita do público e turistas, apoiando a vida e comércio local, não prejudicando mais, como está, a imagem da cidade também com o descuido do Estado".

Paulo Neves recorda que, em 2000, como deputado, foi um dos subscritores do projecto de lei que criou o Tribunal da Relação de Faro, em simultâneo com o de Guimarães, o qual foi efectivamente criado e está a funcionar. No Algarve, porém, o diploma nunca foi aplicado.

Seis anos depois de o Ministério

da Justiça ter recebido o palácio por oferta do município, a Direcção-Geral do Património resolveu vendê-lo por "ajuste directo" à Estamo, uma imobiliária de capitais exclusivamente públicos, por 714 mil euros. Na mesma altura, o ex-secretário de Estado da Justiça, Conde Rodrigues (PS), justificou a transacção com o facto de o Governo ir criar uma cidade judiciária em Faro, onde ficaria a Relação. O complexo prometido seria edificado em terrenos disponibilizados pela câmara, atrás do centro comercial Fórum Algarve.

Rogério Bacalhau, antontem, deu como adquirida não só a perda do milhão de euros gasto pelo município e pelos fundos europeus na recuperação do Palácio Belmarço, mas também o cancelamento do projecto da cidade judiciária. "Estamos numa fase final para que o terreno [do projectado complexo judiciário] volte à posse do município, já que de momento não está prevista a construção".

No que respeita ao Tribunal da Relação, Paulo Neves diz que só não defende a "imediate devolução do Palácio Belmarço à câmara porque continua a "defender o objectivo da cedência inicial". O palácio, com muitos elementos da chamada Arte Nova, foi projectado pelo arquitecto Norte Júnior em 1912 e foi mandado construir pelo comerciante Manuel Belmarço.

## Antiga fábrica de cerveja à venda

Na última reunião da Assembleia Municipal de Faro, na passada sexta-feira, a câmara apresentou uma proposta, que não chegou a ser votada, para vender em hasta pública o edifício da antiga fábrica de cerveja, localizado no pano de muralha do Centro Histórico da cidade. Numa avaliação, efectuada há alguns anos, ainda com o mercado do imobiliário em alta, o valor-base atribuído ao imóvel foi de 2,5 milhões de euros. Agora, a proposta previa a venda por 1,8 milhões de euros. "Não se reduz

a pataco o património que é de todos, não permitiremos! Ainda para mais sem se condicionar ou garantir a sua utilização e destino futuro", contestou a bancada do PS, anunciando que votaria contra. Na altura, o ainda presidente da câmara, Macário Correia, mandou retirar a proposta da ordem de trabalhos, desconhecendo-se se a câmara insistirá nela. A venda de património tem sido um dos recursos a que município tem deitado mão para equilibrar as contas, mas os resultados têm sido escassos.